

ARTIGO TÉCNICO

Um Diagnóstico do Setor Agrícola Paulista: Caracterização Geral
da Economia 9

Contribuições da Pesquisa Agropecuária à Produção de Alimentos:
O Caso do Arroz em São Paulo 23

**ESTIMATIVAS DE CUSTO OPERACIONAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS
DA SAFRA DAS ÁGUAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 1989/90 33**

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

A Recuperação dos Preços do Café 57

Situação Atual da Triticultura 58

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS 63

Preços Recebidos 63

Preços Pagos 64

Índice de Paridade 65

Cesta de Mercado 67

PREVISÕES E ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS NO ESTADO

DE SÃO PAULO - Ano Agrícola 1989/90 - 1º Levantamento
- Setembro de 1989 115

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 123

PROGRAMA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO IEA 129



artigo técnico

José Luiz Teixeira M.Vieira(2)
Terezinha Joyce F.Franca(2)

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se de um diagnóstico da atividade econômica do Estado de São Paulo, a partir da década de 70, centrado, principalmente, no setor agrícola com a sistematização de dados secundários de diversas fontes.

A primeira parte do estudo trata da caracterização do desenvolvimento da atividade econômica geral num período recente, posterior a 1970, tanto ao nível agregado para o Estado como das suas diferentes regiões geoeconômicas. Analisa-se, assim, a evolução econômica com base em indicadores da produção e população empregada globais e setoriais, do processo de urbanização e do desenvolvimento de atividades produtivas ao nível regional.

Na segunda parte serão abordadas as mudanças ocorridas no setor agrícola em termos de produção, realocação das culturas, expansão/retração das áreas cultivadas e desempenho relativo da produtividade frente às políticas agrícolas adotadas e às mudanças tecnológicas ocorridas.

Na terceira parte será feito um diagnóstico do padrão agrário e da estrutura de emprego no Estado por estrato de área e valor da produção.

Este texto refere-se à primeira parte do estudo. As outras duas serão publicadas posteriormente.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ECONOMIA

2.1 - Evolução da Economia Paulista Pós 1970

A economia do Estado de São Paulo tem passado por transformações profundas na sua estrutura industrial, atingindo grande complexidade e se desenvolvendo em direção à industrialização pesada, baseada na grande empresa e na produção em larga escala. Ganham peso, dentro do setor industrial, os ramos de material de transporte, elétrico, comunicações, indústria mecânica, metalúrgica e química.

Este processo provoca grandes mudanças estruturais que atingem o setor urbano (com o amplo desenvolvimento e modernização do setor terciário, isto é, os serviços de transporte, comunicação, intermediação financeira e comércio), as formas de articulação entre a indústria e a agricultura (com a subordinação crescente dessa à primeira), além da urbanização acelerada da mão-de-obra rural e da drástica alteração nos padrões de consumo, como mostra o estudo do SEADE/1988(3)

Essas transformações modernizadas foram intensas e nítidas no Estado de São Paulo. Inicialmente concentrada na chamada região Metropolitana de São Paulo, essa

(1) Recebido em 27/09/89. Liberado para publicação em 13/11/89.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(3) Cano, Wilson, coord. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo, Fundação SEADE, 1988.157p. (Coleção Economia Paulista, v.1, n.1)

modernização vai se generalizando pelo Estado principalmente, a partir da década de 70, tendo como base a formação de novos núcleos industriais importantes no interior e como resultado, também, da dinâmica de modernização da agricultura e da mudança de composição da produção em direção a produtos de maior concentração de valor.

Formam-se, assim, novas regiões de densa industrialização recente, abrangendo, mormente, o Vale do Paraíba, a região de Campinas e o eixo Campinas-Ribeirão Preto-São José do Rio Preto. A rápida urbanização das últimas décadas resulta em uma taxa de urbanização de 88,6%, em 1988, no Estado de São Paulo.

A forte expansão industrial da década de 70 e o reordenamento da produção agrícola no Estado foram propiciados, basicamente, pela atuação do Estado brasileiro, criando as bases institucionais e financeiras para a nova arrancada econômica, mediante as reformas fiscal, financeira e administrativa da segunda metade da década anterior e, especialmente, pela criação de sistemas de subsídios e de créditos, além de um conjunto de programas de estímulo e apoio diretos à produção pelo setor privado.

Na década de 70, aprofunda-se também a crescente integração da economia nacional à internacional, o que passa, de per se, a se constituir em fator importante de conformação da estrutura produtiva interna. Verifica-se, então, uma expansão acentuada nas exportações de produtos agrícolas (sucos cítricos, soja e derivados, carnes bovina e avícola, fibras têxteis, couros e seus produtos derivados, etc.), além de ter crescido substancialmente a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações. É a Região Centro-Sul do País, especialmente o Estado de São

Paulo, que apresenta a maior transformação nessa década.

Ainda na primeira metade dos anos 70, em 1973 especificamente, eclode a crise do petróleo que passa a representar um novo e poderoso fator de reordenação da estrutura e do espaço econômico no Estado. Desencadeia-se todo um esforço político estatal, consubstanciado em investimentos (apoiados em grande medida no capital externo) e incentivos para mudar a matriz energética do complexo produtivo nacional e, assim, fazer frente ao chamado choque do petróleo. De um lado, criaram-se incentivos para que a atividade produtiva passasse a adotar programas de substituição dos derivados do petróleo por fontes energéticas alternativas e de disponibilidade interna e, por outro lado, intensificam-se os investimentos para a pesquisa e aumento da oferta interna de energia, destacando-se a prospecção de petróleo e a expansão da capacidade de produção de energia elétrica. Nesse contexto, é lançado, também, o PROÁLCOOL, em 1975, que viria a operar grande alteração no uso de combustíveis da frota motorizada nacional, além de contribuir para mudança adicional na composição agrícola do Estado, transformando a cana-de-açúcar no principal produto da agricultura paulista, ocupando 28,4% da área total cultivada em 1985-87, contra apenas 13% em 1969-71. A crise do petróleo, por outro lado, fez também avançar o processo de substituição de importações para seu estágio superior, através de maciços investimentos governamentais consignados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), via endividamento externo, nas áreas de bens de capital e insumos básicos (aço, minerais não metálicos, fertilizantes, celulose), até como resposta ao forte estrangulamento

externo dado pelos novos preços do combustível importado(4)(5). Essa estratégia adotada desembocou, na década de 80, por um lado, nos elevados saldos comerciais que o País vêm obtendo e numa maior autonomia em relação ao suprimento de matérias-primas e bens intermediários, mas, por outro lado, desencadeou, também, a crise aguda derivada da segunda maior dívida externa (após a dos Estados Unidos) do mundo, que se traduziu em elevados déficits públicos, inflação acelerada e recessão.

Como resultado do processo de transformações ocorrido nas últimas décadas e da nova fase de expansão econômica inaugurada com o II PND, a economia paulista, especialmente sua indústria, é levada a um alto grau de complexidade, diversificação e de integração entre setores.

A divisão econômica intersetorial no Estado de São Paulo se alterou muito nas últimas décadas.

O Produto Interno Bruto (PIB) paulista, em 1985, foi estimado em 513,3 milhões de cruzados novos (quadro 1). A participação do setor de serviços foi a mais destacada (53,96%) seguindo o industrial (41,77%) e o agrícola (4,27%). Essa divisão econômica entre os setores é característica, principalmente, das duas últimas décadas, o que torna a estrutura econômica do Estado muito semelhante à dos países mais desenvolvidos (quadro 2).

Comparada à estrutura brasileira, as diferenças são visíveis. O peso do setor primário nacional no PIB global é

proporcionalmente maior e o da indústria é menor, se comparado ao peso desses setores na economia de São Paulo.

O produto paulista representava em 1970 e 1975, aproximadamente, 40% do produto global brasileiro e a participação da indústria local no setor industrial nacional girava em torno de 55%. Já em 1980 e 1985, esses percentuais reduzem-se para 37% e 45%, respectivamente (quadro 1).

A queda da participação da indústria paulista no setor industrial brasileiro deve-se, principalmente, a ações do Estado que buscavam estimular a descentralização industrial, em direção às outras unidades da Federação e regiões.

Já no primeiro ano da década de 80, a indústria paulista representava 47,23% da indústria nacional, contra 54,95%, em 1975 (quadro 1). Em 1985, a participação foi de 45,43% com a redução sendo explicada pela maturação de investimentos fora de São Paulo.

Apesar do decréscimo nesse período, considerando-se, os sete principais ramos do setor industrial, São Paulo tinha, na maioria deles, em 1980, participação superior a 50% no valor de transformação industrial. "No maior desses ramos, por exemplo o químico, o Estado gerava 54% do valor adicionado em todo o Brasil"(6).

Além disso, a participação do Estado na pauta de exportação brasileira nesta década (1980-86) está em torno de 36%, sendo que 77% da pauta estadual é composta de produtos

(4) Castro, Antonio B. & Souza, Francisco E.P. de. A economia brasileira em marcha forçada. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 217p. (Coleção Estudos Brasileiros, 91)

(5) Baer, Werner. O crescimento brasileiro e a experiência do desenvolvimento: 1964-1975. In: Roett, R., coord. O Brasil na década de 70. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

(6) Fundação SEADE. Central de Dados e Referência. São Paulo/Brasil: uma comparação econômica e social. São Paulo, 1989. (mimeo)

QUADRO 1.- Produto Interno Bruto a Custo de Fatores mais Imputação de Serviços de Intermediação Financeira, Estado de São Paulo e Brasil, 1970-85

(em NCz\$1.000,00)

Ano e região	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total geral
1970				
São Paulo (A)	3,628	21,798	31,963	63,389
Brasil (B)	20,157	49,245	91,377	160,779
Participação (A/B) (%)	18,00	56,45	34,98	39,43
1975				
São Paulo (A)	16,953	151,039	172,721	340,713
Brasil (B)	107,364	274,875	487,043	869,282
Participação (A/B) (%)	15,79	54,95	35,46	39,19
1980				
São Paulo (A)	175,571	2.220,040	2.208,968	4.604,579
Brasil (B)	1.232,100	4.700,017	6.349,887	12.282,004
Participação (A/B) (%)	14,25	47,23	34,79	37,49
1985				
São Paulo (A)(1)	21.925,238	214.426,775	276.970,691	513.322,704
Brasil (B)	142.227,484	499.340,193	808.672,227	1.450.239,904
Participação (A/B) (%)	16,31	45,43	36,23	37,44

(1) Os valores de 1980 foram projetados para 1985 utilizando-se o Deflator Implícito da Renda do Brasil - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas e a taxa real de crescimento do período calculado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

Fonte: Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.41, n. 5, maio 1987; Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.43, n.1, jan. 1989 e Fundação SEADE. Tabelas avulsas.

QUADRO 2.- Distribuição dos Produtos Setoriais a Custo de Fatores mais Imputação de Serviços de Intermediação Financeira, Estado de São Paulo e Brasil, 1970-85

(em porcentagem)

Região e setor	1970	1975	1980	1985
Estado de São Paulo				
Agropecuária	5,72	4,98	3,81	4,27
Indústria	43,85	44,33	48,21	41,77
Serviços	50,43	50,69	47,98	53,96
Brasil				
Agropecuária	12,54	12,35	10,03	9,81
Indústria	30,63	31,62	38,27	34,43
Serviços	56,83	56,03	51,70	55,76

Fonte: Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.41, n.5, maio 1987 e Fundação SEADE. Tabelas avulsas.

industrializados, ainda que grande parte desses seja de origem agrícola(7).

A participação dos setores agropecuário e de serviços paulistas nos mesmos setores ao nível de Brasil, nos últimos 15 anos, permaneceu quase inalterada, o primeiro oscilando entre 14% e 18%, e o segundo estável em aproximadamente 35% ao longo do período (quadro 1).

O produto agropecuário paulista, apesar do seu pequeno peso no PIB do Estado, foi o maior do País em 1970, o segundo, depois do Paraná, em 1975, e também segundo, ultrapassado por Minas Gerais em 1980, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas(8). Sua expressão ao nível nacional deve-se à melhoria dos níveis de produtividade de sua agropecuária, resultante da modernização agrícola, via mecanização e uso de insumos modernos em larga escala.

O setor serviços é o maior do País em equipamentos e infraestrutura. Destaca-se na área de comunicações, transporte de carga e passageiros, malha viária, etc.(9).

Na década de 70, a economia brasileira mostrou um grande vigor, crescendo a uma taxa média de 8,59% ao ano, puxada, principalmente, pelos setores industrial e de serviços que cresceram, respectivamente, 9,43% e 8,96% ao ano. Essas taxas médias de crescimento anual foram ainda maiores entre 1970 e 1975 (quadro 3).

Nesse mesmo período, o PIB paulista cresceu a uma taxa de 9,55% ao ano, alavancado, da mesma forma que o Brasil, pelos setores secundário (11,14% a.a.) e terciário (8,93% a.a.).

Tanto para o Brasil como para

o Estado de São Paulo, as únicas taxas de crescimento negativo, em anos específicos, ocorreram no setor primário. Esse cresceu na década passada a taxas médias anuais de 3,95% (Brasil) e 3,51% (São Paulo).

A década de 80 mostrou-se muito diferente. O fôlego observado nas décadas passadas, principalmente na de 70, reduziu-se drasticamente. Entre 1980 e 1985, o PIB brasileiro cresceu à taxa média de 1,87% ao ano e o de São Paulo à de 1,01% ao ano. Esse baixo crescimento deve-se, principalmente, ao comportamento do setor industrial que apresentou crescimento negativo no período considerado, de 1,73% para o País e de 8,07% para o Estado, resultado que não poderia ser diferente, visto que a crise do início dos anos 80 teve seu epicentro no setor industrial.

Neste mesmo período, as taxas médias de crescimento anual foram, respectivamente para Brasil e São Paulo, de 3,93/3,38% no setor agropecuário, -0,34/-1,56% na indústria e 3,04/3,54% no setor de serviços.

Os efeitos da crise foram mais intensos na economia paulista do que na economia brasileira, tendo em vista o maior peso relativo do setor industrial na economia do Estado de São Paulo. Para uma melhor avaliação basta observar que em 1985 o peso do setor dentro do PIB estadual ficou abaixo dos níveis de 1970 (quadro 2).

De acordo com os dados disponíveis, nos nove primeiros anos da década de 80, o setor industrial nacional cresceu 16,42% (1,70% ao ano) enquanto o paulista cresceu no período 7,02% (0,76% ao ano), demonstrando dificuldade de recuperação (quadro 3).

(7) Fundação SEADE, op. cit. nota 6.

(8) Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.41, n.5, 1987.

(9) Fundação SEADE, op. cit. nota 6.

(10) Wong, Laura L.R. A população do Estado de São Paulo: uma síntese do perfil populacional atual e suas perspectivas de crescimento no médio prazo (1980-2000). São Paulo, Fundação SEADE, 1987. 32p. (mimeo)

QUADRO 3.- Estimativa do Produto Real por Ramo de Atividade Econômica: Variações Anuais e Acumuladas do Período e Taxas Médias de Crescimento Anual(1) por Período, Estado de São Paulo e Brasil, 1970-88

(em porcentagem)

Período e ano	Estado de São Paulo(2)				Brasil(3)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total geral	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total geral
1970 ~ 74								
1970	13,10	13,20	9,80	11,60	1,50	10,50	8,10	8,30
1971	10,40	15,50	11,80	13,50	10,15	11,81	11,19	11,29
1972	7,60	12,80	10,70	11,60	3,97	14,18	12,38	12,05
1973	-4,10	19,80	11,60	13,00	0,03	16,96	15,01	13,98
1974	5,00	12,40	7,10	9,60	0,99	8,57	11,13	9,04
Variação acumulada	35,29	98,59	62,42	75,07	17,43	79,13	72,64	67,95
Taxa média anual	6,23	14,71	10,19	11,85	3,27	12,37	11,54	10,91
1975 ~ 79								
1975	-7,90	7,30	8,40	6,50	7,21	4,86	5,01	5,21
1976	-10,21	13,21	8,79	9,92	2,44	11,75	9,98	9,79
1977	18,26	2,50	5,38	4,28	12,13	3,28	3,92	4,61
1978	0,35	9,24	10,53	9,21	-2,95	6,45	5,34	4,82
1979	6,39	6,49	5,39	6,62	4,92	6,72	8,07	7,21
Variação acumulada	4,41	44,84	44,76	42,14	25,40	37,49	36,63	35,79
Taxa média anual	0,87	7,69	7,68	7,29	4,63	6,57	6,44	6,31
1970 ~ 79								
Variação acumulada	41,26	187,64	135,12	148,84	47,26	146,29	135,88	127,92
Taxa média anual	3,51	11,14	8,93	9,55	3,95	9,43	8,96	8,59
1980 ~ 84								
1980	2,76	6,77	6,98	6,36	9,59	9,24	8,95	9,13
1981	8,52	-11,87	-1,89	-6,93	8,24	-9,17	-0,91	-3,13
1982	0,08	0,59	5,17	2,78	-0,43	-0,13	2,26	1,08
1983	5,81	-8,03	0,71	-2,47	-0,32	-6,56	-0,58	-2,83
1984	0,00	5,61	7,05	5,36	2,97	6,13	5,85	5,67
Variação acumulada	18,09	-8,07	19,01	4,55	21,23	-1,73	16,18	9,72
Taxa média anual	3,38	-1,56	3,54	1,01	3,93	-0,34	3,04	1,87
1985 ~ 88								
1985	5,43	8,83	9,35	8,55	10,07	8,95	7,63	8,38
1986	-11,90	8,48	8,63	8,31	-7,85	12,14	8,11	8,04
1987	18,44	1,26	5,50	3,84	14,01	0,21	2,75	2,91
1988	-9,83	-2,62	2,15	-1,13	0,06	-3,24	1,69	0,04
Variação acumulada	-0,80	16,41	28,01	20,71	15,71	18,47	21,58	20,55
Taxa média anual	-0,20	3,87	6,37	4,82	3,72	4,33	5,01	4,78
1980 ~ 88								
Variação acumulada	17,15	7,02	52,34	26,20	40,28	16,42	41,25	32,27
Taxa média anual	1,77	0,76	4,79	2,62	3,83	1,70	3,91	3,16

(1) Taxas geométricas de crescimento.

(2) Dados sujeitos a revisão; para 1988, estimativa preliminar.

(3) 1987 e 1988, dados preliminares.

Fonte: Para São Paulo - Annual Report, São Paulo, Secretaria da Fazenda do Estado, 1981 e Fundação SEADE, Tabelas avulsas. Para Brasil - Annual Report, São Paulo, Secretaria da Fazenda do Estado, 1981; Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1987-1988; Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 43, n.2, fev. 1989.

O produto nacional cresceu no período 3,16% ao ano em função, principalmente, dos setores primário e terciário. O produto paulista apresentou comportamento semelhante (2,62% ao ano), mas fortemente sustentado pelo setor terciário, que cresceu à taxa média anual de 4,79%, enquanto o setor primário cresceu apenas 1,77% ao ano.

Esses dados são mais significativos quando comparados às taxas de crescimento populacional que, para o Estado de São Paulo, foi de 3,1% ao ano no primeiro quinquênio da década de 80 e estimado em 2,7% ao ano no segundo (10), ou seja, o crescimento do produto esteve abaixo do crescimento da população, o que tem levado a uma queda da renda per capita.

Uma outra maneira de se verificar a transformação da estrutura econômica do Estado, é analisando a evolução da distribuição da força de trabalho.

Neste sentido, observou-se que a população economicamente ativa (PEA) neste Estado, na década de 70, continuou se alterando em termos relativos no sentido setor primário-terciário, refletindo as transformações econômicas no espaço rural-urbano.

A participação da PEA agrícola no total caiu de cerca de 20% em 1970 para pouco mais de 9% em 1985, em apenas 15 anos. Em contrapartida, a PEA no setor de serviços passou de 48% para 56% do total no período, enquanto a do setor secundário (indústria) situa-se, no final do período, em 34,5%, nível muito próximo dos 31,5% do total em 1970 (quadro 4).

2.2 - Desenvolvimento Regional no Estado de São Paulo

Após o intenso movimento

migratório rural-urbano iniciado nas décadas precedentes, mas particularmente forte nos anos 60, quando ocorre um processo de esvaziamento econômico e populacional em diversas zonas do Estado, a década de 70 traz consigo a reversão desse movimento, se não em termos absolutos, com a expansão relativa - principalmente ao nível de atividade econômica - de várias regiões, em tal ritmo que em 1984 a atividade industrial do interior paulista representava cerca de 43% do PIB estadual(11).

O desenvolvimento econômico nas diferentes regiões do Estado na década de 70, entretanto, apresentou três comportamentos distintos.

Enquanto a aceleração da taxa de urbanização da área metropolitana cai na década de 70 para 4,4% ao ano (6,9% nos anos 60), em diversos pólos no interior, o ritmo de urbanização foi superior ao da metrópole, incorporando parte do crescimento industrial empurrado para o interior pelo processo de descentralização econômica, estimulado (através de políticas, programas e incentivos fiscais) pelos Governos federal e estadual e por diversas prefeituras municipais. Assim, a taxa de urbanização da região de Campinas foi de 5,8% ao ano, a do Vale do Paraíba de 5,3% e a de Sorocaba de 5,1% na década. A região de Ribeirão Preto manteve o bom ritmo médio da década passada, crescendo a 4,1% ao ano no período devido, principalmente, ao desenvolvimento da agroindústria, e a região do Litoral continuou crescendo a ritmo elevado no período (4,7% ao ano), mantendo a tendência de industrialização iniciada nos anos 50(12).

Uma terceira zona do Estado constituída por diversas regiões do Oeste paulista, mostrou pouco dinamismo no período: a região de

(11) Fundação SEADE, op. cit. nota 6.

(12) Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 3.

QUADRO 4.- População Economicamente Ativa, por Setor de Atividade, Estado de São Paulo, 1970-85

(em 1.000 pessoas)

Ano	Total	Primário		Secundário		Terciário	
		no.	%	no.	%	no.	%
1970	6.373	1.302	20,4	2.004	31,5	3.067	48,1
1976	8.792	1.265	14,4	3.255	37,0	4.272	48,6
1980	10.411	1.195	11,5	4.067	39,1	5.149	49,4
1982	11.688	1.268	10,9	4.162	35,6	6.258	53,5
1984	12.510	1.323	10,6	4.226	33,8	6.961	55,6
1985	13.084	1.224	9,4	4.518	34,5	7.342	56,1

Fonte: Censo Demográfico. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970 e 1980. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1976, 1982, 1984, 1985.

Bauru apresentou taxa de urbanização média, na década de 70, de 3,5% ao ano, a de São José do Rio Preto, 3,4% e as de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, taxas entre 2,3% e 2,7% (13).

O Oeste mantém, assim, a característica verificada na década de 60 de reserva de população para outras regiões do Estado, a qual antes, quando abandonava suas regiões de origem, dirigia-se fundamentalmente à Grande São Paulo (GSP) e na década de 70, passa a se orientar igualmente para aquelas regiões economicamente emergentes do interior.

Em resumo, os anos 70 foram uma década de transformações estruturais na economia paulista, onde os ingredientes principais para a mudança foram os grandes investimentos governamentais e a política de crédito, orientados no sentido de fazer avançar o que foi denominado de "processo de substituição de importações" nos ramos de insumos básicos e bens de capital, de mudar o perfil de consumo de energia e expandir sensivelmente a oferta interna de combustíveis. Simultaneamente a esse movimento, aprofunda-se a integração da economia paulista com a internacional e mantém-se acelerado o processo de modernização do setor agrícola e de mudança da composição de sua produção.

Tudo isso, aliado às políticas públicas deliberadas de descentralização industrial, gerou mudanças na estrutura produtiva das regiões do Estado, cujas características mais importantes são as seguintes(14):

- A região do Litoral passou a se constituir no segundo pólo de produção petroquímica e metalúrgica do Estado, concentrando, em 1980, respectivamente 23,1% e 13,5% do valor total de produção;

- O Vale do Paraíba tornou-se, também, importante pólo produtor químico, com 9,4% do valor da produção estadual em 1980, e a segunda região produtora de material de transporte, depois da Grande São Paulo (GSP), com 10,3% da produção;

- A região de Sorocaba manteve-se como importante centro têxtil (8,9% do valor da produção estadual em 1980) e de bebidas (14,6% do total); ganhou importância expressiva na produção de minerais não-metálicos, principalmente devido à produção de cimento e calcário (16,3% do total em 1980) e se posicionou como o segundo centro produtor de madeira e derivados (33,3% do total);

- Campinas destaca-se pela sua estrutura industrial diversificada e passa a concentrar a produção e a pesquisa nas áreas de telecomunicações e eletrônica, posicionando-se como a segunda região industrial (geral) do Estado após a GSP. Destaca-se como grande centro produtor têxtil (21,0% do valor da produção estadual em 1980), de alimentos (19,2%), bebidas (17,2%) e mobiliário (17,5%). Destaca-se, também, em segundo lugar no Estado, na produção de minerais não-metálicos (20,5% da produção total), couros e derivados (25,0%) e papel-papelão (27,2%);

- A região de Ribeirão Preto foi a que mais se beneficiou da implantação do PROÁLCOOL e da expansão das exportações de mercadorias de origem agrícola, passando a concentrar o terceiro núcleo de indústrias leves do Estado, destacando-se calçados, artefatos de couro e vestuário (o segundo valor de produção estadual com 9,1% do total) e alimentos (terceira posição no Estado, com 17,6% do total), sendo importantes as indústrias de produção de açúcar, de sucos e as ligadas ao complexo soja. Destaca-se, também, o ramo de mecânica

(13) Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 3.

(14) Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 3.

devido, principalmente, à produção de máquinas e componentes para a atividade rural, respondendo por 7,4% da produção estadual (terceira posição no Estado), em 1980. Constituiu-se, ainda, na maior região produtora de álcool combustível do Estado, com mais de 40% da produção nos últimos anos.

A região Oeste do Estado (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília), na década de 70, continuou perdendo posição relativa e, em 1980, detinha 3,2% da produção industrial do Estado, com nenhuma das quatro regiões que a compõe ultrapassando 1,0%. O principal destaque para a região Oeste fica por conta da produção de couros e similares (22% do total estadual).

A região de Bauru aumentou sua participação de 1,1% para 1,5% entre 1975 e 1980, não recuperando a posição que apresentava em 1950.

Essa tendência de relativa estagnação do Oeste Paulista, verificada na década de 70, reverte-se na presente década, de tal forma que, seus principais pólos regionais passam a se constituir, também, em pólos de atração populacional, concorrendo com as outras regiões de dinamismo mais antigo.

Examinando-se, detalhadamente, a importância dos diferentes ramos industriais nas várias regiões administrativas do interior (exceto Grande São Paulo), tem-se que, no total, a região-interior contribuía, em 1980, com 41,4% do valor da produção total da indústria de transformação do Estado, o que evidencia o grau de modernização que caracterizou a sua expansão recente nas novas regiões (quadro 5).

O setor terciário da região-interior, por sua vez, acompanhou o

avanço econômico regional das últimas décadas.

"A partir de 1960, quando se acelerou o desenvolvimento industrial e agrícola e se aprofundou o êxodo rural, intensificou-se o crescimento urbano. Enquanto nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto a rede urbana se desenvolve pela articulação agricultura-indústria, nas regiões de Sorocaba, Litoral e Vale do Paraíba foi a indústria que criou novas aglomerações urbanas, quando a concentração industrial interiorizada as alcançou, com uma indústria dissociada da agricultura"(15).

Em função disso, o setor terciário no interior se expande e muda de natureza, desenvolvendo-se no sentido de se adaptar às necessidades das novas concentrações industriais e atender às populações com características e demandas diferentes das que tinham nas fases anteriores.

"Nas décadas de 60 e 70 aumentou progressivamente a participação do interior na geração de empregos do setor terciário no Estado, na proporção de 40,5% nos anos 60 e 44,2% nos 70, quando o volume de emprego gerado nesse setor foi duas vezes maior que na década anterior. Com isto estabilizou-se finalmente o peso do interior no setor terciário no Estado, rompendo uma tendência histórica de décadas, em que o terciário crescia predominantemente na metrópole"(16).

2.3 - A Questão Social Subjacente ao Desenvolvimento

O crescimento econômico acelerado no Estado, a intensa transformação do interior nas últimas

(15) Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 3.

(16) Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 3.

QUADRO 5.- Concentração Industrial no Interior, em Termos de Valor da Produção, por Região Administrativa, Segundo os Grupos e Ramos, Estado de São Paulo, 1980

(em porcentagem)

Grupos e ramos de indústria selecionados	Total	Litoral	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	Oeste				
								Total	S. José do R. Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília
Total	41,4	6,6	5,9	4,0	15,4	4,8	1,4	3,3	1,0	0,6	0,8	0,9
Grupo I	46,3	0,8	3,0	4,5	16,8	9,5	3,1	8,6	2,8	1,8	1,9	2,1
Têxtil	40,5	0,0	4,8	8,9	21,0	2,9	1,2	1,7	0,3	0,2	0,8	0,4
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	30,6	0,7	4,5	4,8	7,4	9,1	1,3	2,8	0,9	1,5	0,2	0,2
Alimentos	65,2	1,6	1,9	3,1	19,2	17,6	5,4	16,4	4,9	3,4	3,9	4,2
Bebidas	62,0	1,8	2,5	14,6	17,2	8,8	9,5	7,6	1,6	0,2	0,8	5,0
Mobiliário	39,2	0,2	1,4	1,9	17,5	2,7	1,0	14,5	9,7	2,1	1,5	1,2
Grupo II	47,4	14,4	6,4	4,6	16,4	2,8	1,0	1,8	0,4	0,2	0,6	0,6
Química	64,9	23,1	9,4	2,4	21,5	4,2	1,7	2,6	0,4	0,2	1,0	1,0
Minerais Não-Metálicos	48,5	4,9	2,5	16,3	20,5	1,6	0,6	2,1	0,7	0,5	0,4	0,4
Metalurgia	33,1	13,5	5,5	4,6	7,0	1,7	0,2	0,6	0,3	0,1	0,0	0,2
Madeira	64,2	1,4	1,5	33,3	17,3	2,5	5,7	2,5	1,3	0,2	2,0	0,8
Couros, Peles e Similares	67,1	0,0	0,0	4,0	25,0	15,0	1,1	22,0	2,7	6,2	9,3	3,8
Papel e Papelão	39,5	1,5	5,6	3,2	27,2	1,3	0,2	0,5	0,1	0,2	0,0	0,2
Grupo III	27,7	0,8	7,6	2,6	12,4	3,1	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1	0,3
Mecânica	36,9	1,4	3,7	4,0	18,0	7,4	1,3	1,1	0,2	0,1	0,1	0,7
Material de Transporte	20,4	0,1	10,3	0,8	8,6	0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	0,1	0,1
Material Elétrico	23,2	0,0	7,3	3,2	11,5	0,5	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0

Fonte: Cano, Wilson, coord., op. cit. nota 1, a partir de dados básicos de Censo Industrial: São Paulo, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1980.

duas décadas, principalmente na de 70, tiveram sua contrapartida perversa, pois foram acompanhados e/ou geraram graves problemas no campo social.

Em primeiro lugar, a população do Estado tem crescido acima da média nacional, a 3,49% ao ano na década de 70 e a 3,10% ao ano na primeira metade dos anos 80 (1980-1985), enquanto as taxas para o Brasil são, respectivamente, 2,49% e 2,17% ao ano. Com isso, a população do Estado de São Paulo, que representava 17,4% do total nacional em 1940, passou a 21,0% em 1980, o que se explica fundamentalmente pelo intenso movimento migratório das diferentes regiões brasileiras em direção a área Metropolitana de São Paulo e, a partir da década de 60, também, em direção a determinadas áreas do interior de São Paulo(17)(18).

Esse processo não se fez harmoniosamente, mas à custa de um intenso e desequilibrado crescimento urbano, não acompanhado pelas arrecadações municipais, gerando grandes déficits de atendimento nas áreas de habitação, saneamento e transportes coletivos, para citar as principais. A região da Grande São Paulo abriga, em termos absolutos, a maior concentração de pobreza em área metropolitana do País. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, o Estado de São Paulo contribui com 25% do déficit habitacional total de 8

milhões de moradias do País, isto é, 2 milhões, dos quais metade localizada na Grande São Paulo.

A interiorização do desenvolvimento urbano, estendeu, também, para diversas cidades do interior o processo de deterioração da vida urbana característico da Grande São Paulo, levando os novos contingentes da população trabalhadora (rural e urbana) a se fixar em condições precárias nas periferias das cidades.

Esse crescimento da industrialização e do setor urbano no interior e, portanto, a intensificação da ocupação populacional no interior, vieram reforçar, por outro lado, os efeitos causados pelo modelo de modernização da agricultura (com uso da mecanização e insumos químicos muitas vezes indiscriminados) sobre o meio ambiente. Acelerou-se muito nos anos 60, a deterioração dos recursos naturais no País, fenômeno esse que se dá de maneira dramática no Estado de São Paulo. Assim, questões antes de solução trivial nas regiões interioranas como erosão do solo, desertificação de extensas regiões, abastecimento de água de cidades do interior, destinação de lixo, esgotos e resíduos industriais, passam a representar problemas cruciais a serem enfrentados nas próximas décadas pelas autoridades governamentais e pelas comunidades.

(17) Wong, Laura L.R. op. cit. nota 10.

(18) São Paulo. Secretaria de Habitação. Plano habitacional do Estado de São Paulo. São Paulo, 1988.